

Estado instala usina flutuante na Billings sem parecer de subcomitê

Legislação específica do reservatório prevê apresentação de empreendimentos para análise do colegiado; coordenador irá acionar o governo

THAINÁ LANA
thainana@ogabc.com.br

O governo do Estado, por meio da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), instalou usina flutuante na Represa Billings, na área do extremo sul da Capital, sem apresentar o projeto para análise de impacto ambiental no Subcomitê Billings-Taman dustei, conforme afirmam ambientalistas.

Iniciado em 2020 como projeto-piloto, a iniciativa utiliza usinas de geração fotovoltaica flutuante para produção de energia. Conforme afirmou o governo estadual, até o fim do ano devem ser instaladas cinco plantas com 9.000 painéis fotovoltaicos, em uma distância entre 80 centímetros e 1,2 metros do nível da água.

A usina tem potencial de gerar 1 Megawatt, o que corresponde ao abastecimento de cerca de 1.500 residências. O investimento da iniciativa é de R\$ 25 milhões, sendo R\$ 450 mil do projeto-piloto. "A partir da parceria entre a Emae e companhias privadas, foi feito, inicialmente, um teste com uma usina piloto. O equipamento, com 300 painéis fotovoltaicos instalados sobre flutuantes, ocupou uma superfície de mil metros quadrados, e como a resposta superou a expectativa, a empresa seguiu em frente com a instalação do

projeto definitivo", pontuou o Estado.

Segundo a lei de número 13.579 de 2009, as administrações públicas estadual e municipal devem notificar o subcomitê "da entrada do pedido de licenciamento e análise de empreendimentos".

O colegiado faz parte do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado, e é formado por membros do poder público e da sociedade civil.

O advogado ambientalista e coordenador do subcomitê, Virgílio Alcides de Farias, informou que irá acionar o Palácio dos Bandeirantes para solicitar uma reunião extraordinária sobre o assunto, e caso não tenha retorno, deverá recorrer à Justiça.

"É preciso apresentar os empreendimentos que serão realizados no reservatório ao colegiado para análise dos riscos ambientais. Não sou contra a energia solar, muito pelo contrário, sou defensor do desenvolvimento sustentável, porém, é necessário avaliar o impacto de qualquer iniciativa", esclareceu.

O coordenador ressaltou ainda que o maior reservatório da Região Metropolitana de São Paulo possui legislação específica para proteger a sua principal função: fornecer água à população desses municípios.

"A Billings pode ser utilizada para outros meios, como a produção de energia, mas sua prioridade é abastecer os moradores dessas cidades. A gestão das águas é democrática, pois é um bem coletivo. Por isso, o subcomitê é tripartite, e conta com membros do Estado, dos oito municípios, os sete do Grande ABC mais a Capital, e de membros da sociedade civil", finalizou.

SEM EXPLICAÇÃO

Procurada, a Emae não esclareceu o porquê não apresentou o projeto ao subcomitê, mesmo tendo dois membros do órgão no colegiado. A empresa apenas pontuou que o projeto de geração de energia elétrica fotovoltaica flutuante no reservatório Billings foi submetido ao processo de licenciamento ambiental junto à Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

"Que atendeu rigorosamente as exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais competentes. Foram obtidos todos os alvarás e licenças necessárias, destacando o alvará de licença em APRM-B (Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings) para obras públicas, a licença prévia e a licença de instalação", disse o órgão por nota.



ENERGIA. Projeto-piloto foi instalado no reservatório em 2020; previsão é que iniciativa seja finalizada no fim deste ano

Projeto pode aumentar proliferação de bactérias na água, afirma ambientalista

A bióloga especialista em recursos hídricos e professora da USCS (Universidade Municipal de São Caetano), Marta Ângela Marcondes, alerta que a falta de estudos técnicos sobre a usina flutuante na Represa Billings pode acarretar diversos impac-

tos na sociedade, principalmente na saúde da população que vive no entorno.

"As placas foram instaladas em uma área em que a qualidade da água já é considerada ruim ou péssima, por conta do despejo de esgoto do Rio Pinheiros e de residências do entorno do local. Com o avanço desse projeto, que prevê a instalação de muitas placas, a tendência é o aumento da temperatura da água, e com isso a proliferação de bactérias patogênicas, ou seja, nocivas à saúde", afir-

ma a especialista, que também participa do subcomitê.

Marcondes esclarece ainda que o aumento dessas bactérias podem afetar diretamente a saúde de cerca de 30 mil pessoas que moram no entorno do reservatório. "O alto volume de placas na água aumenta o calor e diminui a possibilidade de oxigênio, gerando assim as bactérias prejudiciais à saúde das pessoas, podendo ocasionar gastroenterite, diarreias, dermatites, e, em alguns casos, até a morte", finaliza. TL

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1